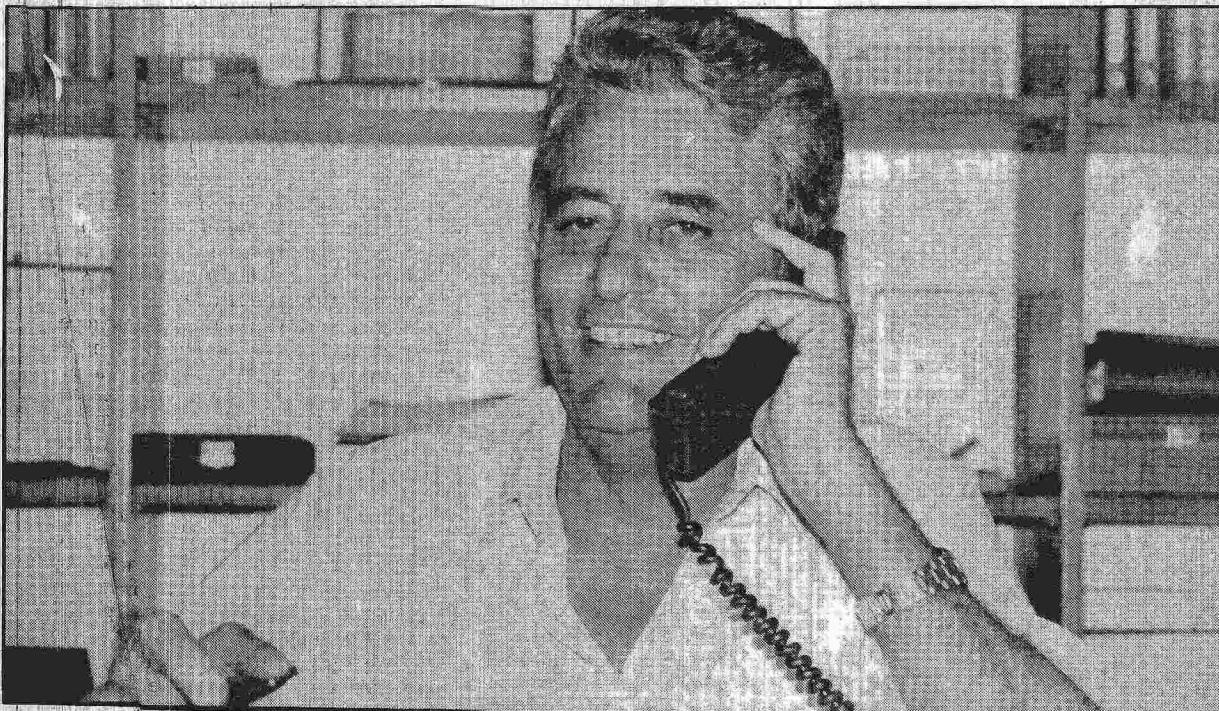


# TSE sela segunda-feira a sorte de Roriz

JÉRSON PINHEIRO



Roriz guarda o resultado "tranquilo e confiante", mas só volta a Brasília após o julgamento

O recurso ordinário impetrado pelo candidato impugnado Joaquim Roriz (PTR/Frente Comunidade) no Tribunal Superior Eleitoral, contra a decisão do TRE que decidiu pela inelegibilidade, deverá ser julgado na próxima segunda-feira. Ontem, o presidente do TSE, ministro Sydney Sanches, declarou que existe o interesse de se apreciar logo a questão. "Mas o relator (ministro Octávio Gallotti) tem que estudar o processo", explicou Sanches, reconhecendo o "peso" da opinião pública, que, de acordo com as pesquisas, apóia Roriz, em sua maioria.

Sanches admitiu ser relevante o fato de o candidato impugnado, que administrou o DF durante um ano e seis meses por nomeação do ex-presidente José Sarney, contar com 54 por cento das intenções de voto. Só que isto, frisou, apesar de importante e até exercer certa influência, não é determinante. "Este tipo

de pressão pública não deixa de ter o seu valor, seu peso. Mas se o juiz votar pensando só na opinião pública não estará cumprindo seu dever. O problema é jurídico e não político", assinou o ministro.

## IMPARCIAL

Aliás, Sanches, comentando já ter uma "opinião formada" sobre a possibilidade ou não de Roriz disputar a primeira eleição direta para o GDF, fez questão de tranquilizar os que temem um posicionamento parcial do TSE. "Soube que há um certo temor de que a decisão possa ser política, no mau sentido. Algo ligado a conveniências. Isto não vai acontecer", garantiu, taxativo. O primordial num julgamento como este, conforme explicou, consiste num estudo minucioso da legislação vigente.

Quanto ao seu voto, não fez qualquer comentário. "Ainda

vou saber primeiro o voto dos outros ministros. Afinal, sou o último a me manifestar", disse. Sanches não teceu considerações sobre o parecer do procurador-geral eleitoral, Aristides Junqueira, que se posicionou favoravelmente à candidatura de Roriz. Mas não negou o peso do documento. "O parecer do procurador tem muito valor porque ele é muito respeitável. Mas a decisão final, a interpretação jurídica depende de cada ministro", frisou.

## SEM ANALOGIAS

Indagado sobre a aplicabilidade da Resolução 10.076, em resposta a uma consulta do deputado Alcides da Conceição Lima Filho, em maio do ano passado, que qualificou como inelegíveis os ex-governadores de antigos territórios transformados em estados, Sanches se esquivou de fazer qualquer analogia.